

IX Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos
Curitiba/Pinhão
20/09

Mesa: A EJA e as Políticas Intersetoriais do Governo do Federal.

Valéria Barros Nunes
SETEC/MEC

Políticas na Educação Profissional e Tecnológica

Saúdo à todos e à todas e cumprimento os participantes da mesa, agradecendo o convite para participar deste momento com vocês. Trago o abraço do Secretário de EPT, Sr. Eliezer Pacheco, que não pôde comparecer pessoalmente por estar com a agenda atribulada. Trago também o carinho da Prof^a Jaqueline Moll, Diretora do Departamento de Políticas e Articulação Institucional da SETEC, que costuma enaltecer a parceria com o Fórum Nacional de EJA, que tem nos dado uma contribuição fundamental na apresentação das demandas e dos ajustes necessários no desenho e na execução das políticas de expansão e melhoria da qualidade da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica e, principalmente na cobrança que se avance no conhecimento para a integração destes campos epistemológicos: da educação profissional, da educação de jovens e adultos e da educação básica.

Vou apresentar brevemente sobre as medidas que estão em andamento na SETEC, depois vou tentar focar um pouco mais nas ações do PROEJA.

A SETEC tem investido na expansão da Rede Pública de Educação Profissional e Tecnológica Federal, buscando criar, até 2010, 60 novas escolas nos estados com pouca ou nenhuma oferta de EPT, além de 150 novas escolas na rede federal de EPT em cidades-pólo.

Também investimos em políticas de formação docente para a rede Federal, com destaque para os programas de qualificação docente com pólos de pós graduação strictu sensu para docentes e servidores técnico-administrativos, com bolsas para mestrado e doutorado, e na pós graduação latu sensu para o PROEJA O que se busca também, com esta formação é a constituição de uma rede de pesquisa e o aprofundamento dos conhecimentos nos campos epistemológicos da EPT, EJA e Ed. Básica.

A Formação de professores para a EPT é uma das políticas que implementamos com a criação do Fórum de licenciaturas, com a revisão da legislação vigente relacionada à licenciatura dos professores da rede federal de EPT, e a discussão do papel de rede federal para além da formação nas diferentes licenciaturas, além da ampliação das possibilidades de formação: formação inicial e continuada, licenciatura tecnológica e pós graduação latu sensu – já mencionadas. A legitimação social das Graduações Tecnológicas tem sido buscada com a construção de Catálogo Nacional de cursos

superiores de Tecnologia, novas diretrizes para a educação profissional (itinerários formativos) e a construção do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

Buscamos, também, a indução da oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio nos sistemas públicos de ensino buscando superar a dualidade histórica reiterada pelo decreto 2.208/98, com o decreto 5154/2004.

Estamos também construindo os elementos necessários à implantação da escola técnica aberta do Brasil, e-tec, que vai ofertar ensino técnico à distância.

Tudo isso, junto com políticas focais relacionadas a políticas estruturais para o estado brasileiro, dentre as quais destaco: política de formação humana para a pesca oceânica e continental (em parceria com a SEAP); política de formação para áreas de assentamento da reforma agrária; formação na perspectiva do Pano Nacional de Qualificação (M T E); e a articulação com diferentes ministérios para recursos dos fundos setoriais.

Também estamos procurando garantir o direito à certificação (art. 41 da LDB, desenvolvendo metodologias e sistemas com o objetivo de reconhecimento social das experiências e conhecimentos do trabalhador, acumulados a partir de sua trajetória de ida, trabalho e participação social e política, com a certificação profissional.

E, desde 2005, buscamos a implementação e aperfeiçoamento do PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DA EJA- PROEJA, que inicialmente induzia a oferta de EJA na rede federal de EPT nível médio, e agora foi estendido à Educação Básica, portanto, estendendo-se também aos estados e municípios.

Com as medidas de acompanhamento do PROEJA podemos ver claramente que este programa chega mudando não só a grade horária e disposição das salas e professores na escola. A integração da EJA com a EPT em nível médio muda paradigmas da educação, altera postulados e concepções que já se encontravam arraigadas na escola. Neste sentido, lembro palavras do Secretário Eliezer:

“o que se propõe, então, não é uma ação educadora qualquer, mas uma educação vinculada a um Projeto democrático, comprometido com a emancipação dos setores explorados de nossa sociedade; uma educação que assimila e supera os princípios e conceitos da escola e incorpora aqueles gestados pela sociedade organizada. Mais do que isso, a comunidade educa a própria escola e é educada por ela, que passa a assumir um papel mais amplo na superação da exclusão social . Não se trata de algo simples, porém possível de ser concretizado por meio do diálogo e da organização coletiva. Como agentes políticos comprometidos com um projeto democrático e popular, precisamos ampliar a abrangência de nossas ações educativas. A educação precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social: uma escola vinculada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social. Por esta via, compreende-se que a educação não ocorre apenas nos espaços de educação formal. Ela resulta das

experiência vivenciada em todos os espaços da sociedade pela ação do conjunto das organizações em geral, na qual o poder público e a sociedade, de forma articulada, exercem sua função educadora na busca da construção de uma cultura fundada na solidariedade entre os indivíduos, povos e nações, que se opõe ao individualismo neoliberal.”

Quanto à SETEC, o conteúdo do nosso trabalho procura afirmar a possibilidade que possui o gestor público de administrar e transformar a educação em um instrumento a serviço da inclusão, da emancipação e da radicalização democrática.

Nada disso seria possível ou realizado sem a força, a presença e o cuidado deste fórum e daqueles que aqui se encontram representados.

Pela atenção, agradeço.

valeria.nunes@mec.gov.br